

1 **Ata da 8ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde –C.M.S..**

2 Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e oito, às dezenove horas, na Sala de Reuniões
3 da Terceira Regional de Saúde de Ponta Grossa, situada na Rua Paula Xavier nº 743, na cidade
4 de Ponta Grossa, realizou-se a oitava reunião ordinária do C.M.S. de Ponta Grossa, estando
5 presentes os Conselheiros Titulares e Suplentes conforme lista de presença anexa. Verificada a
6 presença de quorum o Presidente Paulo Cesar Facin procedeu à abertura dos trabalhos,
7 cumprimentando a todos os presentes, conselheiros e participantes. Partindo para o primeiro
8 item da pauta: **Aprovação da Ata da Reunião anterior.** Colocação dos nomes das pessoas
9 que não foram favoráveis na questão dos questionários nas UB's, o conselheiro André e o
10 conselheiro Antonio Olivio, na linha 44 e a modificação do nome Ângela por Tânia na linha
11 65. Aprovada com 20 votos a favor e 1 abstenção. **Item 2.1 Informes da Mesa Diretora;** A
12 conselheira Vera começa lendo os ofícios recebidos, tais como ofício nº 48/2008 onde se pede
13 uma data para pode fazer uma reunião para apresentação do Regimento dos Conselhos Locais
14 de Saúde, o qual não aconteceu, Paulo lamenta o ocorrido em relação à reunião com os
15 coordenadores das UB's e explica que telefonou para a secretária do Secretário para convidá-lo
16 para a reunião e não para mudar a data da reunião e quaisquer acertos informais via telefone
17 não devem ser considerados mais importantes que os oficiados via protocolo, sendo que gera-se
18 a oportunidade para que ocorram problemas e maus entendidos, causando transtornos como os
19 que ocorreram, pois algumas pessoas foram na reunião de sexta-feira dia 15/08 e perderam a
20 viagem, assim como as que foram na quinta-feira dia 14/08, ainda comenta que a lista deixada
21 na portaria da 3ª Regional consta 16 pessoas enquanto que existem 53 UB's. Diz também que
22 devemos ter relacionamento profissional, embora existam relações de amizade, pois senão é
23 possível ninguém será responsabilizado se a população for prejudicada quando se tomam
24 decisões “entre amigos” sem registro oficial. Ofício nº 112/2008 da FIEP informando-nos para
25 elaborar uma lista de reivindicações envolvendo a Saúde como um dos itens, e que serão
26 repassados aos candidatos a Prefeito da cidade de Ponta Grossa; ofício nº 102/07-08 da ABO,
27 solicitando cópia do ofício encaminhado pelo Ministério Público, o ofício enviado em resposta
28 e cópias dos questionários que foram aplicados nas Unidades de Saúde; ofício
29 nº343/2008/CMDCA, pede-se a indicação de quatro representantes do Conselho para poderem
30 dar continuidade ao processo de eleição dos novos membros dos Conselhos Tutelares; ofício nº
31 59/08, pedido de substituição da conselheira Cláudia Maria Hey, pela Srª Luciamari Moro
32 Conforto dos Santos; ofício da CA/076/2008, solicitando um representante do conselho para
33 compor a Comissão Permanente de Acompanhamento aos Contratos; ofício nº
34 080/2008/SAMU; O conselheiro Paulo continua com a leitura dos ofícios enviados, onde a
35 maior parte é em resposta aos que chegaram. Ofício nº49/2008 em resposta ao ofício da
36 CA/076/2008; ofício nº51/2008 à Secretaria de Saúde objetivando a estruturação do Conselho
37 Municipal de Saúde em sua nova sede; ofício nº55/2008 em resposta ao ofício 112/2008 da

38 FIEP; ofício n°52/2008 em resposta ao ofício n° 343/2008/CMDCA; ofício n° 46/2008; ofício
39 n° 44/2008; ofício n° 45/2008; ofício n° 47/2008; ofício n° 50/2008; ofício n° 54/2008; ofício
40 n° 53/2008. O conselheiro Paulo continua convidando a todos para a reunião com os candidatos
41 a Prefeito, a ser realizada no Hotel Vila Velha as 20:00 horas do dia 20 de agosto, onde serão
42 respondidos as perguntas enviadas a FIEP do ofício n°55/2008, a conselheira Vera diz que não
43 é aberto ao público, mas que estão sendo entregues convites. O conselheiro Paulo informa que
44 recebeu um e-mail do conselheiro Carlos Coradassi onde ele pede a participação de ao menos
45 três representantes do Conselho para o Congresso Pontagrossense de Direitos Humanos que
46 será realizado na sexta-feira dia 22 de agosto das 13:30 às 16:30 horas, no Cescage em Olarias,
47 próximo ao 13° BIB. Paulo informa também que no dia 30 de agosto haverá a Conferencia
48 Estadual de Direitos Humanos em Curitiba, e as inscrições vão até o dia 20 de agosto. Rosilene
49 pede para que se mande por ofício a troca da suplência na PORTARIA N° 3.327, de
50 11/08/2008, de Claudia Hey pela André Luis de Luca, pedindo também a correção da titular
51 Vara Regina Buss Taborda por Vera Regina Buss Taborda. O conselheiro Campagnoli pede
52 para que inclua seu nome na comissão de atenção básica. **Item 2.2 Infra estrutura do**
53 **Conselho Municipal de Saúde;** O conselheiro Paulo diz que a infra estrutura do Conselho está
54 com sua sede mal estruturada, onde não permite a comunicação eficaz, pois havendo um
55 telefone que só recebe ligações. Tendo a dificuldade de comunicação com outros. Também há
56 dificuldades de locomoção, pois nem sempre se consegue carro. A conselheira Rosilene
57 questiona no geral sobre a infra estrutura do Conselho e logo após diz que tudo está em
58 encaminhamento. **Item 2.3 Comissões temáticas;** O conselheiro Laertes diz que prevê uma
59 reunião até o fim do mês com a Comissão de Orçamento; a conselheira Silvana diz que não
60 houve reunião porque ainda não houve demanda na Comissão Hospitalar. O conselheiro Paulo
61 recebe a opinião da plenária que seria bom fazer a reunião em conjunto com a reunião mensal
62 das UB's. **Item 3 Informes dos Conselheiros Municipais de Saúde;** O conselheiro
63 Campagnoli retorna ao assunto da reunião passada dizendo que com a “cabeça fria” tinha
64 repensado o desdobramento do encaminhamento dado pela mesa do CMS em relação ao
65 questionário de avaliação e que este trouxe benefícios, sendo que ocorreu uma reunião da
66 classe dos odontólogos do quadro da prefeitura e discussão do ocorrido, sendo que estes
67 decidiram comparecer em dois blocos a reunião do CMS e estavam presentes 8 odontólogos
68 para contribuir com o CMS, disse que ainda se sentia atingido pelo encaminhamento, mas que
69 entendia o peso do ofício da mesa, pois havia participado de várias mesas diretoras. O
70 conselheiro Antonio Olívio disse que tinha participado da reunião do Comitê de Atenção às
71 Urgências do Município, e que o comitê tinha decidido que antes de formar a mesa diretora
72 faria o seu regimento interno e depois seria eleita uma mesa, disse que o trabalho do comitê
73 seria de bastante relevância para a cidade. O conselheiro André volta ao assunto do ofício de
74 encaminhamento dizendo que a classe de odontólogos está disposta a contribuir com o CMS e

75 o controle social e perguntou ao conselheiro Cleiber porque ele havia assinado o ofício de
76 encaminhamento. O Conselheiro Cleiber respondeu que considerou a discussão ocorrida na 7ª
77 reunião e compareceu ao MP para esclarecimentos em relação ao encaminhamento, e que tinha
78 assinado o documento porque ainda era o presidente do CMS naquele momento. O Conselheiro
79 Paulo explica que o Ministério Público não está livre para interpretar o ofício de
80 encaminhamento sem os questionários, pois a conclusão no encaminhamento se refere
81 explicitamente aos questionários, e que numa noção básica do método científico exige-se que
82 as conclusões sejam tomadas em relação aos dados experimentais que no caso são os
83 questionários. O advogado Marcio, explicou que o CMS não tinha competência para fiscalizar
84 as UB's e que isso compete a Secretaria de Saúde, sendo que faltou critérios mais científicos
85 para a construção do questionário e aplicação da pesquisa. Disse ainda que os profissionais
86 pudessem ser prejudicados, demitidos por justa causa, com base no ofício do CMS e nos
87 questionários, sendo que alguns funcionários odontólogos não estavam presentes porque
88 tinham justificativas da própria UB. O conselheiro Paulo disse que quem não deve não teme e
89 que aqueles que tinham justificativa para a sua ausência no dia da pesquisa poderiam apresentar
90 estas justificativas. A Conselheira Vera disse que o CMS tem competência para fiscalizar as
91 UB's e que qualquer cidadão tem. O conselheiro Campagnoli disse que a mesa estava errada no
92 encaminhamento do ofício sobre a pesquisa nas UB's e que a mesa responderá em instâncias
93 superiores por isso, que vai denunciar a mesa por falta de paridade nas últimas duas reuniões,
94 disse que isto contraria o regimento interno do CMS e disse que a mesa está manipulando o
95 CMS. O conselheiro Neto comenta sobre a listagem dos medicamentos nas farmácias
96 populares aos quais ele não tem acesso, mas gostaria de ter nas UB's. Mostra também uma
97 tabela da Comissão de Saúde mental, o qual deixará disponível em xerox no CMS. Essa tabela
98 mostra a necessidade de cada família, quais os medicamentos necessitados e os que estão em
99 falta. O conselheiro Campagnoli disse que queria que constasse em ata o elogio ao conselheiro
100 Neto e o Conselheiro Neto queria que as palavras do Conselheiro Cleiber constassem em ata. A
101 Conselheira Silvonete disse que o CMS tem competência para fiscalizar as UB's sim e que a
102 "obrigação" de verificar é da Secretaria. Reunião encerrada as 21:10.